



RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
VIII SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL

# Justiça pela Paz em Casa



NJM  
Núcleo Judiciário  
da Mulher

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO DISTRITO FEDERAL  
E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT



RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
VIII SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL

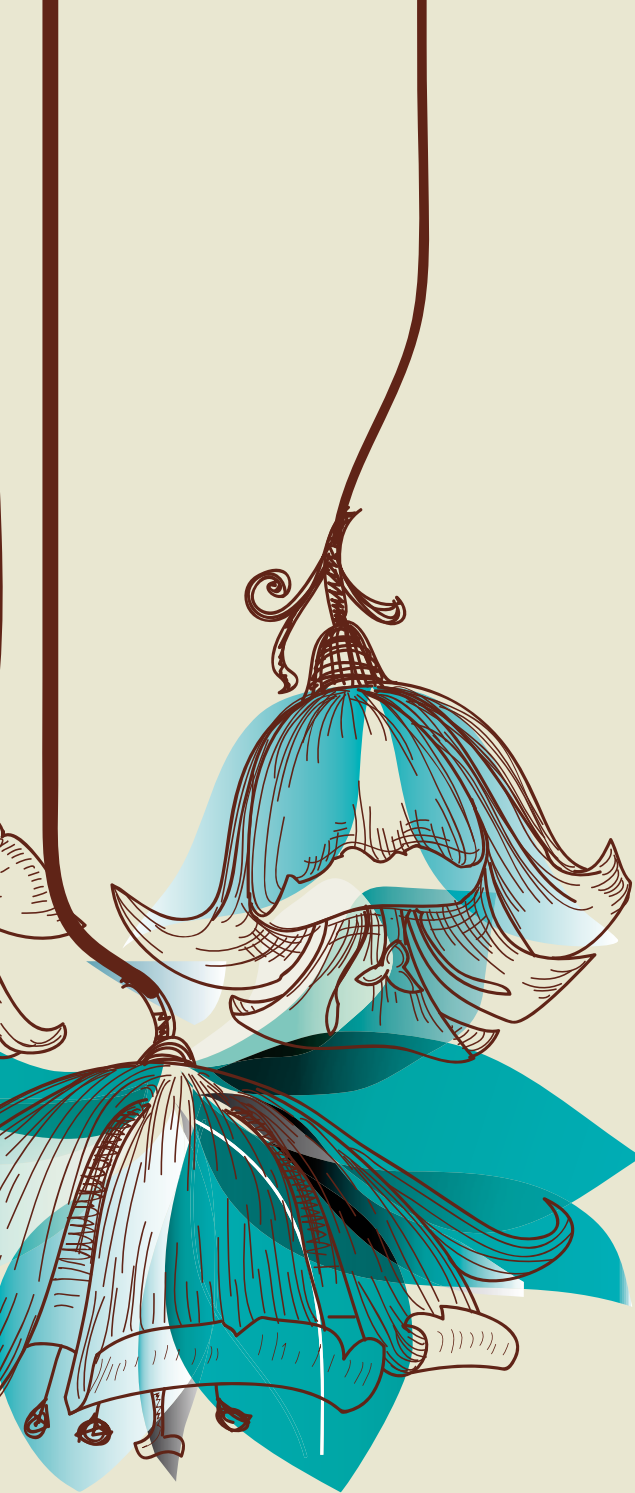
# Justiça pela Paz em Casa

**NJM**  
Núcleo Permanente Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania  
da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

**NUPECON**  
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais  
de Solução de Conflitos

**GPSP**  
Gabinete da Segunda  
Vice-Presidência

**TJDFT**



## COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DO TJDF-T

Desembargador Mario Machado Vieira Netto

*Presidente*

Desembargador Humberto Adjuto Ulhôa

*1º Vice-Presidente*

Desembargador José Jacinto Costa Carvalho

*2º Vice-Presidente*

Desembargador José Cruz Macedo

*Corregedor*

## COORDENAÇÃO DO NJM

Juiz de Direito Ben-Hur Viza

*Coordenador*

Juiz de Direito Carlos Bismarck Piske de Azevedo Barbosa

*Coordenador*

Juíza de Direito Luciana Lopes Rocha

*Coordenadora*

Juíza de Direito Fabriziane Figueiredo Stellet Zapata

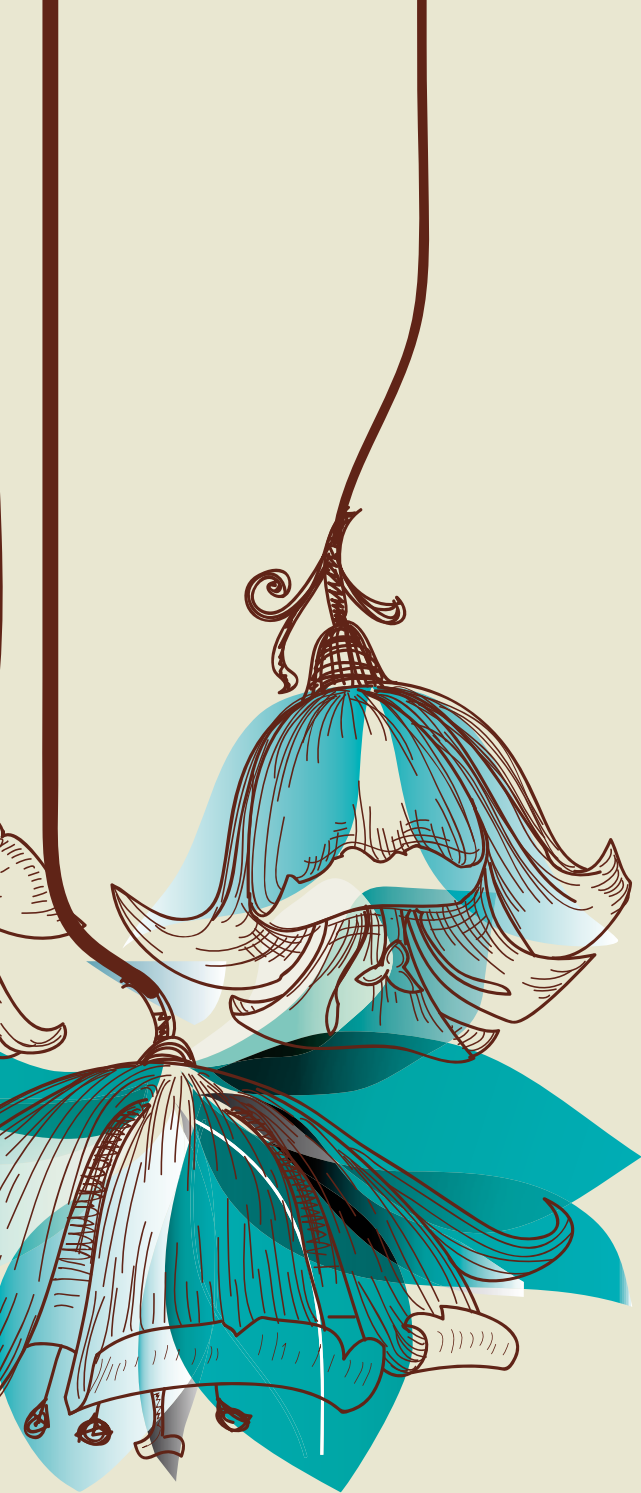
*Coordenadora*

Cristiane Moroishi

*Supervisora*

Myrian Caldeira Sartori

*Supervisora Substituta*



## EQUIPE TÉCNICA DO NJM

Alfredo Valente Junior

Caroline da Costa Freire Ribeiro

Débora Roanne Borges de Abreu

Daniel Barros de Almeida

João Wesley Domingues

Katia Ferreira Gomes

Marcia Maria Borba Lins da Silva

Marcos Francisco de Souza

Mariana Barros Rodrigues da Cruz

Regina Lúcia Nogueira

Regina Márcia Raposo Rocha

---

Agradecimentos especiais aos parceiros institucionais precursores que vêm desempenhando papel indispensável nas ações de prevenção, de atendimento e de enfrentamento da violência contra a mulher no Distrito Federal:

*Conselho Nacional de Justiça;  
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;  
Defensoria Pública do Distrito Federal;  
Polícia Civil do Distrito Federal;  
Polícia Militar do Distrito Federal;  
Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República;*

*Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal;  
Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH/GDF);  
Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal;  
Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal;*

*Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF);  
Associação dos Magistrados (AMAGIS/DF);  
Casa da Mulher Brasileira;  
Universidade de Brasília.*

---

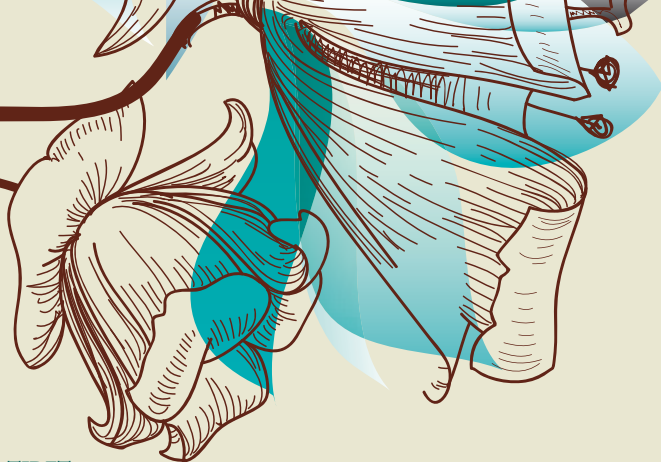
Agradecimentos especiais aos setores estratégicos e administrativos do TJDFT que contribuíram para a realização da VIII Semana:

*Juizes Assistentes da Presidência e da Corregedoria; Magistrados dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do TJDFT;  
Secretaria-Geral do TJDFT;  
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPECON);  
Assessoria de Comunicação Social (ACS);*

*Coordenadoria de Assistência Multidisciplinar e Coordenadoria do Programa de Qualidade de Vida, ambas da Secretaria de Saúde (SESA);  
Núcleo de Design Gráfico, Editoração e Controle da Qualidade (NUDEC);  
Serviço de Transportes (SERTRA);  
Serviço de Copa e Cozinha (SERCOZ);*

*Serviço de Suporte a Sistemas de Áudio e Vídeo (SERSAV);  
E aos demais servidores e terceirizados que participaram dessa intensa Semana de atividades, direta ou indiretamente.*

# SUMÁRIO



## 9 ABERTURA DA VIII SEMANA NACIONAL JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA NO TJDF

---


## 12 EVENTOS REALIZADOS NA VIII SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

---

Oficina “Pró-Excelência: Atenção, Concentração e Mindfulness” . . . . .	12
Ação Conjunta de Divulgação da Lei Maria da Penha na Rodoviária do Plano Piloto . . . . .	14
Oficina de Justiça Restaurativa e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: desafios e perspectivas . . . . .	15
Reunião de Trabalho sobre o Projeto de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher com utilização de práticas de Justiça Restaurativa. . . . .	16
Palestra sobre a Lei Maria da Penha para internas da Penitenciária Feminina do DF . . . . .	17
Palestra sobre Gênero e Violência contra a Mulher no Projeto Maria da Penha Vai à Escola . . . . .	17
Apresentação do espetáculo “Baby” . . . . .	18
Aula Inaugural do Curso Maria da Penha Vai à Escola e do Curso Identificação, Acolhimento e Encaminhamento das Situações de Violência Sexual . . . . .	18
Seminário “Inovações da Lei 13.431/2017: a escuta especializada e o depoimento especial de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência” . . . . .	19
Seminário “Desafios da Gestão Escolar no combate às violações de direitos das crianças e adolescentes da rede pública de ensino do Guará” . . . . .	22
Oficina sobre Gênero e Violência contra a Mulher . . . . .	24


## 25 CONSIDERAÇÕES FINAIS

---



“Esse é um momento marcante, pois o sucesso da campanha tem sido muito grande e, em sua oitava edição, temos como principal objetivo a efetiva implementação da Lei Maria da Penha. É hora de investirmos mais nas ações preventivas, não apenas no caráter punitivo da lei, para que o número de conflitos possa diminuir.”

**Desembargador J. J. Costa Carvalho,**  
Segundo Vice-Presidente do TJDF

A woman with long, wavy hair is looking down, her face partially obscured by her hair. In the foreground, a large, white, multi-petaled flower is in focus. The background is a soft, out-of-focus landscape with greenery and a blue sky.

“Para a construção de uma sociedade livre da violência de gênero, é imprescindível que os seus membros reconheçam a multiplicidade das identidades e internalizem a alteridade por meio do diálogo aberto e franco acerca dos processos sociais de construção e de reprodução das desigualdades de gênero, raça e etnia.”

## ABERTURA DA VIII SEMANA NACIONAL JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA NO TJDF

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT promoveu, no dia 21 de agosto de 2017 – segunda-feira, a abertura da VIII Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa. A cerimônia aconteceu no Auditório Sepúlveda Pertence e contou com a presença de autoridades representantes das principais instituições envolvidas no combate



à violência doméstica e familiar contra a mulher do Distrito Federal. Muitas atividades foram preparadas para o evento e todos os dezenove juizados de violência doméstica do TJDFT estiveram imbuídos em priorizar os julgamentos de processos afetos à temática, em esforço concentrado para atender as demandas da Lei Maria da Penha.



Durante a cerimônia, o Segundo Vice-Presidente do TJDF, Desembargador José Jacinto Costa Carvalho, ressaltou a importância do Programa Justiça pela Paz em Casa, idealizado pela Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal: “Esse é um momento marcante, pois o sucesso da campanha tem sido muito grande”.

Segundo o desembargador, um novo desafio se apresenta aos magistrados que atuam nos juizados de violência doméstica: a aplicação da justiça restaurativa nos processos relativos à Lei Maria da Penha. A medida está prevista na Resolução 225 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Acrescentou que: “Com essa nova diretriz, nós juízes teremos a incumbência de dar norte a essa aplicação”. Ao finalizar seu discurso, o Segundo Vice-Presidente destacou a atuação do NJM, bem como a competência e a celeridade processual que os dezenove juizados vêm enviando desde a primeira edição da campanha.

Em seguida, o Presidente do TJDF, Desembargador Mario Machado, elogiou as entidades parceiras, “essenciais para tornar possível a realização desse evento tão relevante para o cenário nacional”. “O Judiciário sozinho não poderia fazer nada sem a colaboração das entidades e das pessoas que abraçaram essa causa”.

O Presidente elogiou também a atuação dos quatro juízes coordenadores do Núcleo: Ben-Hur Viza, Luciana Lopes Rocha, Carlos Bismarck



e Fabriziane Zapata. Destacou, também, o entusiasmo que sente pelo projeto “Maria da Penha Vai à Escola: educar para prevenir e coibir a violência contra a mulher”, que promove e divulga a Lei Maria da Penha nas escolas públicas do Distrito Federal. “Esse projeto é uma importante ferramenta de mudança de cultura para as futuras gerações”, concluiu.

Durante a cerimônia, foi celebrado termo de aditamento ao Acordo de Cooperação Técnica entre o TJDF, a Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social, a Polícia Civil do DF – PCDF e a Universidade de Brasília – UnB, com o objetivo de promover ações de orientação e assistência psicossocial e jurídica a usuárias, inclusive a seus familiares, dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher e da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM/PCDF, bem como, de realizar atividades de extensão e pesquisa.

Os presentes puderam também assistir à palestra da psicóloga Maria Eveline Cascardo Ramos, mestre em psicologia pela UnB, e participar do lançamento do livro Maria da Penha Vai à Escola – MPVE, com distribuição de exemplares aos participantes.

Em sua oitava edição, a campanha Justiça pela Paz em Casa foi formalizada e instituída pela Portaria 15 de 8 de março de 2017, do CNJ, e transformada em Programa Nacional Justiça pela Paz em Casa.



## EVENTOS REALIZADOS NA VIII SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

### OFICINA “PRÓ-EXCELÊNCIA: ATENÇÃO, CONCENTRAÇÃO E MINDFULNESS”



No dia 18 de agosto de 2017, ocorreu, na Escola de Formação Judiciária do TJDF, a Oficina “Pró-Excelência: Atenção, Concentração e Min-

dfulness”, parte do Pró-Excelência – Programa de Aprimoramento da Alta Performance e Excelência de Magistrados do TJDF.

O Pró-Excelência foi lançado em agosto de 2016 e visa manter e potencializar o funcionamento cerebral de magistrados, a partir de princípios e estudos da neurociência e da psicologia, favorecendo o enfrentamento do estresse e a excelência na prestação jurisdicional. Para tal, promove a aprendizagem de estratégias neurocognitivas, ou seja, do uso deliberado de ações ou processos que criam condições para funcionamento ampliado do cérebro e conseqüente aumento de efetividade em funções cognitivas como julgamento e tomada de decisão, gestão do pensamento, gestão da emoção, atenção, concentração e *mindfulness*.

O Pró-Excelência é destinado a magistrados devido às peculiaridades do ofício da magistratura, a qual exige alta *performance* e excelência. Os magistrados são órgãos do Poder Judiciário e têm sob sua responsabilidade a administração da Justiça em nome do Estado e cabe a eles a excelência na prestação do serviço público de distribuir Justiça.

Ao mesmo tempo, é recorrente à magistratura a exposição a muitas situações potencialmente estressoras, tais como: isolamento social, muitas vezes necessário para sua atuação imparcial e independente; mudanças constantes na legislação e nos procedimentos legais; metas de produtividade; preocupação com a segurança própria e da família; exposição a eventos com potencial traumático. Portanto, além de apresentar alta *performance* e excelência, o magistrado o faz sob condições adversas.

Participaram da Oficina Pró-Excelência: Atenção, Concentração e *Mindfulness* 31 magistrados. Os resultados da avaliação de reação mostraram que 100% dos participantes avaliaram como “boa” (25%) ou “ótima” (75%) sua satisfação geral com a Oficina Pró-Excelência, ou seja, com a efetividade da oficina para a aprendizagem de novas estratégias, ideias, habilidades, ou para reforçar as já existentes.

Avaliaram também como “boa” (29,17%) ou “ótima” (70,83%) a contribuição das vivências e informações da oficina para aprimorar seu desempenho no trabalho ou influenciar positivamente sua vida pessoal.

Por fim, verificou-se que a oficina apresentou efeito positivo sobre onze indicadores do Censo do Poder Judiciário (2014) do Conselho Nacional de Justiça pertinentes ao tema. Por exemplo, 100,00% dos participantes “concordaram” (33,33%) ou “concordaram totalmente” (66,67%) que a oficina contribuiu em relação à sua qualidade de vida/saúde no trabalho; 100,00% dos participantes “concordaram” (50,00%) ou “concordaram totalmente” (50,00%) que a oficina contribuiu para que se sintam valorizados pelo exercício da magistratura; e 100,00% dos participantes “concordaram” (41,67%) ou “concordaram totalmente” (58,33%) que a Oficina Pró-Excelência contribuiu para o resultado do trabalho prestado aos cidadãos.

## AÇÃO CONJUNTA DE DIVULGAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA NA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO



O TJDF, por meio do NJM, promoveu na terça-feira 22 de agosto de 2017, das 9h às 17h, a campanha “Maria da Penha vai até você”. A ação conjunta, que contou também com a participação do MPDFT, da Defensoria Pública, da Polícia Civil do DF, da Polícia Militar do DF, da Procuradoria da Mulher da Câmara Legislativa do DF, da OAB/DF e da Casa da Mulher Brasileira, aconteceu na rodoviária do Plano Piloto e teve por objetivo divulgar a Lei Maria da Penha para a população.

Durante todo o dia, foram realizados atendimentos individuais para: orientação sobre os direitos resguardados pela legislação; registro imediato de boletim de ocorrência por meio de unidade móvel da DEAM instalada no local; orientação e encaminhamento para ajuizamento de ações de família relativas a guarda, visitas e pensão alimentícia.

Ao final do dia, considerando a quantidade de material educativo distribuído e do número de atendimentos realizados, estima-se que o evento atingiu o número aproximado de 5.000 pessoas.

## OFICINA DE JUSTIÇA RESTAURATIVA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

No dia 22 de agosto de 2017, na Casa da Mulher Brasileira, realizou-se a Oficina de Justiça Restaurativa, com o objetivo de tratar da aplicação da metodologia da justiça restaurativa nas questões que envolvem a violência doméstica e familiar, seguindo a recomendação do CNJ que orienta os tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal a promoverem a inclusão de práticas de justiça restaurativa nos casos referentes à violência doméstica e familiar contra a mulher.

A metodologia da justiça restaurativa é aqui entendida como um procedimento em que a vítima, o ofensor e a comunidade, em conjunto, buscam soluções criativas que venham promover um reparo dos danos causados à vítima.

A oficina contou com catorze participantes, entre convidados externos – membros do Ministério Público de Pernambuco, do Tribunal de Justiça do Goiás e da Escola de Conciliação de Brasília –, e servidores dos centros judiciários de solução de conflitos e de cidadania, do Programa Justiça Restaurativa e do NJM.

Entre os pontos abordados, durante a oficina, destacaram-se os princípios que norteiam o uso do procedimento restaurativo, com ênfase no reconhecimento do ofensor quanto à responsabilidade de seus atos e na concordância da vítima

em aceitar a reparação dos danos decorrentes do ato infracional.

Assim, com o auxílio de um facilitador, vítima e ofensor podem construir soluções capazes de minimizar os resultados decorrentes da infração penal e, com isso, reduzir a possibilidade de reincidência do crime.

Durante a oficina, apontou-se a existência de críticas e desafios postos à aplicabilidade da metodologia da justiça restaurativa às situações de violência contra a mulher, bem como a concordância de que o procedimento não é cabível para todas as ações criminais. Aprovou-se, também, como estratégia para aplicabilidade prática o desenvolvimento de duas etapas: de preparo e do processo restaurativo propriamente. Assim, mulheres e homens deverão ser atendidos, necessariamente, por equipe multidisciplinar, especificamente psicossocial, para então iniciarem o processo restaurativo individualmente. Tais etapas têm como objetivo considerar as vulnerabilidades da ofendida e a condição emocional para tomada de decisão, bem como conscientizar o ofensor de que precisa autorresponsabilizar-se e reconhecer a necessidade de reparar o dano causado.

## REUNIÃO DE TRABALHO SOBRE O PROJETO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER COM UTILIZAÇÃO DE PRÁTICAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA



O NJM realizou, no dia 24 de agosto de 2017, na Casa da Mulher Brasileira, Grupo de Trabalho para discutir as diretrizes que serão adotadas para aplicação da justiça restaurativa nos casos de violência contra a mulher, amparados pela Lei Maria da Penha.

A aplicação de técnicas da justiça restaurativa na Lei Maria da Penha foi recomendada na Carta de Encerramento da XI Jornada Maria da Penha, realizada no dia 18 de agosto de 2017, em Salvador-BA. O evento contou com a presença de representantes dos tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal e da Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O Juiz Ben-Hur Viza, Coordenador do NJM e titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Núcleo Bandeirante, representou a Justiça do DF no evento e se manifes-

tou sobre a questão. O magistrado lembrou que participou da criação e da implementação da justiça restaurativa no DF, instituída oficialmente pelo TJDFT, por meio da Portaria Conjunta 52 de 9 de outubro de 2006. Na época, apenas três unidades da Federação adotaram a prática: Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal.

Entre as premissas da justiça restaurativa, está a adoção de métodos de negociação e de mediação na solução de conflitos criminais, bem como a intervenção de caráter preventivo, com vistas a reduzir as probabilidades de recidivas do conflito.

Ficou estabelecido, durante a jornada, que a nova ferramenta, cuja finalidade primordial é a pacificação social e familiar, não substitui a prestação jurisdicional. Além disso, as técnicas restaurativas só poderão ser utilizadas com anuência da vítima e por equipe capacitada para esse fim.

## PALESTRA SOBRE A LEI MARIA DA PENHA PARA INTERNAS DA PENITENCIÁRIA FEMININA DO DF



Como parte da programação da VIII Semana do Programa Nacional Justiça pela Paz em Casa, o TJDF, por meio do NJM, levou às internas da Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF) palestra sobre a Lei Maria da Penha.

No dia 23 de agosto de 2017, a Juíza Coordenadora do NJM Fabriziane Figueiredo Zapata, com a colaboração da assistente social Mariana Barros, falou às 35 internas da PFDF. Foram abordados temas como a Lei Maria da Penha, fatores de risco e de proteção em situações de violência, rede de apoio e sistema de garantia de direitos, mitos e verdades em torno da violência doméstica contra a mulher e sistema de crenças baseado em estereótipos rígidos de gênero e cultura machista.

## PALESTRA SOBRE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO PROJETO MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA



Ainda no dia 23 de agosto de 2017, pela manhã, a palestra sobre Gênero e Violência contra a Mulher foi ministrada pela assistente social Marcia Borba, e, à tarde, pelo assistente social

Marcos Francisco, como parte do Ciclo Pedagógico de Formação de Professores do Projeto Maria da Penha Vai à Escola (MPVE), organizado pela coordenação pedagógica da Escola Sapão, no Núcleo Bandeirante. Trinta professores compareceram ao evento, oportunidade em que foram levantadas reflexões e dúvidas quanto a gênero e sexualidade, diversidade sexual, conflitos e violências decorrentes de preconceito e discriminação pela orientação sexual, entre outros.

## APRESENTAÇÃO DO ESPETÁCULO “BABY”



Ainda no dia 23 de agosto, às 14 horas, foi apresentado, no auditório do Tribunal do Júri do Fórum do Riacho Fundo, o espetáculo Baby, da Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social do DF. O Espetáculo Baby é apoiado pela Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social do DF e recebeu o prêmio como uma das dez Práticas Inovadoras de Segurança Pública de 2017 no 11º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O espetáculo conta, em seu elenco, com três policiais do DF e há cinco anos aborda o tema da violência contra a mulher.



O espetáculo foi apresentado para aproximadamente 120 pessoas entre alunos, professores e gestores do Centro de Ensino Médio 01 do Riacho Fundo I. A Juíza Coordenadora do CJM Fabriziane Figueiredo Zapata compareceu à apresentação.

Ao final da apresentação, alguns alunos tiveram a oportunidade de subir ao palco demonstrando, através da encenação, a sua visão de como enfrentar a violência doméstica e familiar contra a mulher. Foi um momento riquíssimo de troca, aprendizado e de emoção do público presente.

## AULA INAUGURAL DO CURSO MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA E DO CURSO IDENTIFICAÇÃO, ACOLHIMENTO E ENCAMINHAMENTO DAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA SEXUAL



No dia 24 de agosto de 2017, ocorreu a 4ª edição do Curso Maria da Penha Vai à Escola (MPVE), “Gênero e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”, ministrado pelo assistente social e mestre em Política Social Marcos Francisco de Souza. O curso contou com a participação de 65 profissionais da Educação do Distrito Federal, São Paulo e Alagoas, entre orientadores educacionais, gestores, coordenadores pedagógicos, professores e profissionais da Rede de Proteção às Mulheres do DF e entorno.



A 4ª edição do Curso, que surgiu da parceria entre o TJDFT e a Secretaria de Estado da Educação, por meio do Centro de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação (EAPE), ocorre prioritariamente na modalidade a distância, com cinco encontros presenciais, totalizando 60 horas-aula, e tem como objetivo oportunizar a formação de profissionais da educação para o trabalho de esclarecimento da comunidade escolar quanto aos direitos das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, sobretudo os direitos trazidos pela Lei Maria da Penha, e, ainda, para o trabalho de encaminhamento para a rede de proteção às mulheres do DF e entorno.

### **SEMINÁRIO “INOVAÇÕES DA LEI 13.431/2017: A ESCUTA ESPECIALIZADA E O DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE VÍTIMA OU TESTEMUNHA DE VIOLÊNCIA”**

Na sexta-feira, 25 de agosto de 2017, 113 pessoas prestigiaram o Seminário Inovações da Lei 13.431/2017: a escuta especializada e o depoimento especial de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência. O evento, organizado pelo NJM com o apoio da AMAGIS/DF, faz parte da programação da VIII Semana Justiça pela Paz em Casa e teve por objetivo discutir o impacto da implementação da norma jurídica.



Ainda no dia 24 de agosto de 2017, concomitante à aula inaugural da 4ª edição do Curso Maria da Penha Vai à Escola, foi realizada a aula inaugural do Curso Prevenção, Identificação e Acolhimentos nas situações de violência sexual. Esse curso é fruto do projeto MPVE em parceria com o Centro de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação – EAPE/DF. É a segunda edição do curso com dezessete servidores da educacional e da rede de atendimento. A primeira aula foi ministrada pela servidora Myrian Sartori, quando foram trabalhadas estratégias e metodologias de prevenção no contexto educacional.

A Lei 13.431/2017 disciplina e organiza o Sistema de Garantias de Direitos – SGD, prevendo dois procedimentos possíveis para a oitiva de crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. O primeiro procedimento é a escuta especializada, que deve ser realizada perante as instituições que compõem o SGD da rede de proteção, limitado estritamente ao necessário para o cumprimento da atribuição do órgão.



O segundo é o depoimento especial, quando a criança é ouvida perante a autoridade judicial ou policial. Esse depoimento será realizado por um protocolo estruturado de entrevista investigativa ou entrevista forense.

O Segundo Vice-Presidente do TJDF, Desembargador J. J. Costa Carvalho, abriu o seminário, que abordou os seguintes temas: Lei 13.431/2017, produção antecipada de provas, depoimento especial de crianças e adolescentes, escuta especializada de crianças e adolescentes.

Para abordar o tema, estiveram presentes os seguintes palestrantes:

- » Fabiana Gorenstein, Oficial de programa de proteção à criança do Fundo das Nações Unidas;
- » Perla Ribeiro, Subsecretária de Políticas para Crianças e Adolescentes;
- » Gislane Carneiro Campos Reis – Juíza titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santa Maria;
- » Mariana Távora – Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santa Maria;
- » Reginaldo Torres Alves Junior – Supervisor da Seção de Atendimento à Situação de Risco da VIJ;
- » Ana Cristina Santiago – Delegada-Chefe da Delegacia de Proteção às Crianças e aos Adolescentes;
- » Marcia Borba – Assistente Social do Centro Judiciário da Mulher – NJM;
- » Giuliana Cores – Coordenadora do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio.

O evento contou, ainda, com o lançamento do livro Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência Sexual – Metodologias para Tomada de Depoimento Especial, dos autores Benedito Rodrigues dos Santos; Vanessa Nascimento Viana e Itamar Batista Gonçalves.



## SEMINÁRIO “DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NO COMBATE ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO GUARÁ”



No dia 29 de agosto de 2017, o NJM, em parceria com o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Guará e com a Rede Social do Guará, organizou o Seminário Desafios da Gestão Escolar no Combate às Violações de Direitos das Crianças e Adolescentes da rede pública de ensino do Guará. Como parte da programação do evento, incluiu-se a temática da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, por ela fazer parte, como temática, da 2ª Etapa do Projeto Maria da Penha Vai à Escola iniciado no Guará em agosto de 2016, e por ter como público comum os gestores e coordenadores pedagógicos das escolas do Guará.

O evento iniciou-se com a mesa de abertura composta por representantes da Coordenação Regional de Ensino do Guará, da Rede Social do Guará, da Promotoria, do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Guará.

A palestra de abertura, com o tema “O Protagonismo da Educação no Enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes”, foi conduzida pela Assistente Social Luiza Alessandra. Em seguida, prosseguiu-se à realização de plenárias simultâneas acerca dos seguintes temas: *Cutting*; Violência física; Violência Sexual e Negligência.



No período vespertino, abriu-se a mesa Estratégias de atendimento e encaminhamento das situações de violação de direitos das crianças e adolescentes do Guar´, com a mediação do Assistente Social Marcos Francisco, do NJM, e com os seguintes debatedores: a Ju´za de Direito Zoni de Siqueira Ferreira – da Vara de Juizado Especial Criminal e Violência Doméstica da Circunscrição Judiciária do Guar´/DF; a Promotora de Justiça Adriana Sette Rocha de Menezes –da 1ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar do Guar´; o Conselheiro Alisson Marques – do Conselho Tutelar do Guar´; e a Assistente Social Marcia Borba – do NJM.

No segundo momento, prosseguiu-se com a apresentação dos serviços da Rede Social do Guar´, a saber: Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência – PAV Primavera/Hospital Regional do Guar´; Pró-Vítima (Programa de Atendimento às Vítimas de Violência); CREAS/CRAS, PROVID (Policimento Preventivo Orientado à Violência) e Batalhão Escolar. O evento teve participação significativa não só do público escolar como também de profissionais da Rede Social do Guar´, totalizando 120 pessoas.



No dia 30 de agosto de 2017, no Centro de Atenção Integral à Criança – CAIC do Núcleo Bandeirante, o Assistente Social Marcos Francisco realizou Oficina de Gênero e Violência contra Mulher para 35 professores e orientadores educacionais do CAIC. Na oportunidade, foram

abordadas questões relacionadas às representações sociais sobre o que é ser homem e mulher na nossa sociedade; a influência da cultura na definição de papéis sociais masculinos e femininos; estereótipos de gênero e mitos e crenças sobre o fenômeno da violência contra a mulher.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em mais uma edição, a VIII Semana do Programa Nacional Justiça pela Paz em Casa, que aconteceu de 21 a 30 de agosto de 2017, foi um sucesso. Várias atividades foram promovidas pelo TJDF, por meio do NJM, com ampla participação dos parceiros da rede de proteção às mulheres e da população em geral. Na área jurídica,

o Tribunal contou também com a adesão dos juízes criminais de violência contra a mulher e dos tribunais do júri, que, em esforço concentrado, atenderam e julgaram as demandas relativas à Lei Maria da Penha. Os idealizadores das ações e o TJDF, por meio do NJM, estão no rumo certo e de braços dados com aqueles que desejam uma cultura de paz e menos violência.

## ENDEREÇO

Fórum Hugo Auler – Circunscrição Judiciária do Núcleo Bandeirante  
Av. do Contorno, lote 14 – sala 1.45.

## TELEFONES

3103.2041  
3103.2027  
3103-7718  
3103-7720  
3103 7726

## E-MAIL

[cjm.df@tjdft.jus.br](mailto:cjm.df@tjdft.jus.br)

## SITE DO TJDF

<http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupecon/centro-judiciario-mulher>



NJM  
Núcleo Judiciário  
da Mulher

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO DISTRITO FEDERAL  
E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT

